

Dicotomias socioeconómicas regionais do território português

Maria Ortelinda Barros Gonçalves

Introdução

Portugal é duplamente periférico, ou seja, é periférico quando considerado no conjunto dos países da União Europeia, mas é também ele próprio constituído por um conjunto de regiões periféricas em relação aos seus pólos de desenvolvimento. Na actualidade, torna-se difícil às populações dos territórios desfavorecidos escaparem aos efeitos da globalização, agravando-se as dificuldades ao seu desenvolvimento harmonioso e sustentado. Estes territórios apresentam-se diferenciadamente dotados de recursos humanos qualificados, de capacidade de inovação e de acesso aos serviços. Gerry¹ define desenvolvimento como um conceito político-social e processual, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder, salientando a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local, tentando aumentar o nível e qualidade de vida e reduzindo consequentemente as assimetrias socioeconómicas.

Observamos, na revisão da literatura, que as regiões mais pobres mas com elevada qualificação de mão-de-obra apresentam taxas mais elevadas de crescimento, evidência que costuma ser vinculada à maior capacidade de absorção tecnológica². Segundo Romer (1992), no período de 1965-1990 os países que mais cresceram *per capita* foram os que apresentaram maior escolaridade e elevada expectativa de vida, o que reforça a hipótese de que o capital humano determina a capacidade de produção *per capita* dos países/regiões. Os países em que se verificaram mais elevados níveis de produtividade foram aqueles nos quais os governos actuaram eficazmente a fim de evitar que os recursos, especialmente privados, fossem desviados dos fins produtivos. Baixos gastos do governo em consumo foram também referidos por aquele autor como determinantes dos diferenciais de produtividade entre países, pois também seriam desvios de recursos da esfera produtiva, prejudicando o stock de capital físico. A acção inibidora de desvios pelo governo aumenta o número de trabalhadores qualificados e aumenta o capital físico, gerando portanto maior produtividade. Segundo Barro (1996), economias abertas ao comércio internacional favorecem a riqueza das nações, reduzem as oportunidades de *rent-seeking*, havendo também a considerar o efeito económico do comércio sobre a difusão da tecnologia, sobre o intercâmbio de ideias e de inovação e sobre a eficiência económica. A baixa taxa aplicada sobre bens finais e bens intermédios exportados, a proximidade com as fronteiras de economias

1 GERRY, 2003: 544-545.

2 BARRO; SALA I MARTIN, 1995.

desenvolvidas favorecem o crescimento económico dos países. No entanto, a actuação do mercado livre é insuficiente para reduzir as desigualdades regionais se as regiões não forem relativamente semelhantes nas suas taxas de investimento, escolaridade e expectativas de vida. Havendo uma maior igualdade nestas variáveis, o crescimento das regiões mais pobres será certamente célere. Uma política que minimize as disparidades nestas variáveis é crucial para a redução das desigualdades territoriais. As actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) são também um instrumento fundamental para que os países/regiões acompanhem o mundo globalizado e dinâmico e possam criar as suas próprias oportunidades de desenvolvimento.

Procurar a concretização de um paradigma de desenvolvimento sustentável que tome em consideração as necessidades locais da população a nível de emprego, educação, formação e rede de infra-estruturas, preservando a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis, permitirá aos territórios desfavorecidos tornarem-se economicamente mais fortes e competitivos no contexto global.

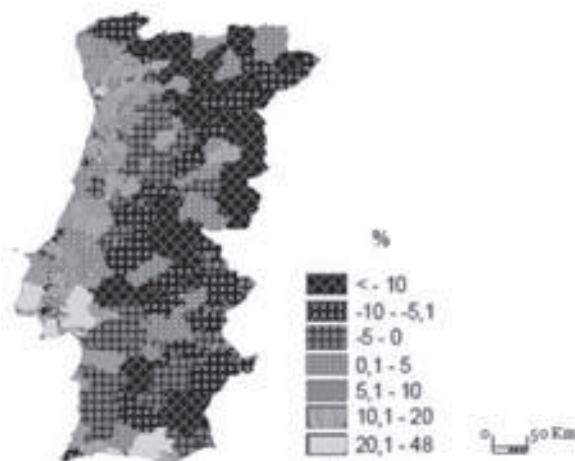
Tendo por base a recolha de dados presentes nos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001 e procedendo à sua análise, apresentamos algumas assimetrias socioeconómicas em Portugal, a três escalas de análise: Nacional, Região Norte e um concelho do interior de Portugal (concelho de Boticas), focando essencialmente a População, o Emprego e a Escolaridade.

1. População

Os processos endógenos e exógenos, de ordem demográfica, social, económica e ambiental, intensificaram-se de tal ordem que têm contribuído fortemente para o aumento da diferenciação interna dos diversos espaços geográficos, destacando-se “entre os processos demográficos, as migrações internas e externas e seus fluxos de retorno, o crescimento natural e as conseqüentes mudanças na composição etária da população”³. Em Portugal, a diferenciação interna passa, sobretudo, pela polarização de certas tendências do crescimento e estruturas da população, sendo exemplo o envelhecimento em inúmeras áreas rurais do interior e, por outro lado, o aumento excessivo da população em espaços urbanos e litorais, provocando constrangimentos a nível do desenvolvimento sustentável.

Esta diferenciação é visível, não só a nível nacional mas também a nível regional e local (Figura n.º1).

Figura nº 1 – Variação da população em Portugal Continental, 1991-2001



Fonte: INE, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Na região Norte, por exemplo, existe uma tendência para acentuar uma dualidade territorial, onde espaços geográficos urbanos e litorais assistem a um aumento assinalável de população, como é o caso de Entre-Douro e Vouga e do Grande Porto. Simultaneamente, regiões com predominância rural, situadas no interior, como as do Douro e do Alto Trás-os-Montes, apresentam progressiva diminuição da sua população (Quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 – Evolução da população residente por sub-regiões da Região Norte, 1991 e 2001

Sub-regiões da Região Norte	1991	2001
Minho-Lima	250.059	247.052
Cávado	353.267	391.010
Ave	459.673	506.454
Grande Porto	1.167.800	1.252.842
Tâmega	515.610	547.425
Entre Douro e Vouga	252.370	274.943
Douro	238.695	218.343
Alto Trás-os-Montes	235.241	219.744

Fonte: INE, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Em 10 anos (1991-2001), a Região Norte sofreu uma diminuição da sua população de 6,5 % (15 338 habitantes). Concelhos como os de Chaves, Bragança e Mirandela, aumentaram ligeiramente a sua população no período em causa; contudo, o concelho de Boticas perdeu cerca de 19% da sua população, registando uma das maiores perdas populacionais do Alto Trás-os-Montes (Quadro n.º 2).

Quadro n.º 2 – Variação da população por concelho no Alto Trás-os-Montes, 1991 e 2001

Concelhos do Alto Trás-os-Montes	1991	2001	Variação 1991 - 2001
Alfândega da Fé	6.734	5.832	-13,4
Boticas	7.936	6.417	-19,1
Bragança	33.055	34.412	4,1
Chaves	40.940	43.270	5,7
Macedo de Cavaleiros	18.930	17.160	-9,4
Miranda do Douro	8.697	7.917	-9,0
Mirandela	25.209	25.425	0,9
Mogadouro	12.188	11.016	-9,6
Montalegre	15.464	12.449	-19,5
Murça	7.371	6.606	-10,4
Valpaços	22.586	19.106	-15,4
Vila Pouca de Aguiar	17.081	14.731	-13,8
Vimioso	6.323	5.192	-17,9
Vinhais	12.727	10.370	-18,5
Total de população	235.241	219.903	-15.338

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991, 2001. Elaboração própria.

O duplo envelhecimento demográfico da população portuguesa é um processo que afecta todas as regiões do país, continuando-se a manter contudo as assimetrias regionais. O estudo da Direcção - Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003:19), mostra que, em 2000, Portugal era o 11.º país “mais velho” do mundo, com 15,4% da população com mais de 60 anos (23,8% da população total) e a diminuição da população com menos de 20 anos (22,4%).

O índice de envelhecimento da Região Norte é substancialmente inferior ao índice de envelhecimento do país. Na Região Norte, encontramos sub-regiões, como Tâmega, Ave, Cávado e entre Douro e Vouga, cujos índices de envelhecimento evidenciam claramente a existência de uma população jovem. Por outro lado, sub-regiões, como Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes, registam índices de envelhecimento muito elevados, superando a média nacional. Com um índice de 217,1 «Boticas é um dos concelhos mais envelhecidos do Alto Trás-os-Montes»⁴ (Quadro n.º 3).

Quadro n.º 3 – Índice de envelhecimento populacional em Portugal a diferentes escalas de análise, 2001

Índice de Envelhecimento populacional a diferentes escalas de análise	
Portugal	104,2%
Região Norte	82,2%
Minho-Lima	135,9%
Cávado	62,5%
Ave	63,0%
Grande Porto	83,1%
Tâmega	58,2%
Entre Douro e Vouga	74,8%
Douro	130,0%
Alto Trás-os-Montes	170,7%
Boticas	217,1%

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 2001. Elaboração própria.

Trata-se de um território muito envelhecido inserido numa região jovem. O carácter cumulativo de recessão demográfica atribuí ao concelho de Boticas a denominação de “espaço rural profundo”. Partilha deste destino o concelho de Montalegre, os quais em conjunto, definem uma unidade territorial a que se deu o nome de “Terras de Barroso”.

“Terras de Barroso” apesar de localizada na “Região Norte de Portugal, a qual apresenta como sua maior riqueza a população, uma das mais jovens da Europa”⁵, terá de conceber políticas e particulares intervenções territorializadas de desenvolvimento. Estas têm sido de tal modo insignificantes que a situação é caracterizada como de crise, onde os factores de declínio e de dificuldades diversas se têm sobreposto à valorização das

4 INE, 2002: 124.

5 ROCA *et al.*, 2001: 1.

alterações de carácter positivo. É necessário encontrar e aplicar soluções consistentes, viáveis e inovadoras, que garantam a sua recuperação, revitalização económica e social, fazendo-a evoluir para novos patamares de qualidade e sustentabilidade, como sejam: criar condições propiciadoras da envolvente económica que cativem o investimento quer da população autóctone quer de outras, implantando, por exemplo, actividades industriais, desde que a existência de factores locativos consigam atrair investimento; definir uma política de retorno eficaz, que permita inserir e integrar o emigrante regressado na economia local, e adoptar, a nível local, mecanismos que respondam às solicitações dos emigrantes dispersos na diáspora; tentar estagnar a emigração “postulando uma melhoria substantiva da situação de oferta de emprego, sobretudo em sectores «atractivos» de actividades locais, um aumento da capacidade de poupanças e simultaneamente das correspondentes oportunidades de investimento”⁶. As políticas e programas de desenvolvimento sustentável, procurando a participação das populações, deverão incentivar os idosos a operarem activamente como transmissores da cultura e dos saberes tradicionais, ligados, por exemplo, ao carácter multifuncional da agricultura e da floresta, criando ao mesmo tempo oportunidades de emprego para os mais jovens, a fim de contrariar a tendência para o abandono da actividade agrícola e para o despovoamento.

Relativamente à população feminina, que aparece cada vez mais como uma “mais-valia no desenvolvimento e revitalização da actividade económica, como o artesanato e o agroturismo, de grande importância para a diversificação da base das economias locais”⁷, as orientações devem estar voltadas não só para o incentivo à manutenção das suas actividades actuais (transformando aquela população em produtoras e gestoras qualificadas com recurso a programas de financiamento de formação comunitários) como também à exploração de outras actividades tendencialmente mais afectas ao género masculino. As potencialidades da região do Barroso, nomeadamente os recursos naturais, a tradição e herança cultural, o meio ambiente e os recursos ligados à qualidade de vida, poderão ser valorizados no mercado, constituindo bases de vantagem competitiva da economia local.

O aproveitamento de “recursos locais, aliados às tendências de mercado identificadas, abrem um grande mercado de bens de especialidade ou produtos de nicho para os espaços desfavorecidos”⁸. Segundo Kotler, citado por Dinis⁹, bens de especialidade são “bens com características singulares ou identificação de marca pelos quais um número suficiente de compradores está disposto a fazer um esforço extra de compra”.

A manufactura de produtos genuínos, combinando qualidade com raridade, que normalmente “constituem a economia “invisível” das áreas rurais, está implícita ao próprio sistema social”¹⁰. Por exemplo, no caso de Boticas¹¹ o fumeiro e o mel barrosão, o pão de centeio caseiro, a gastronomia tradicional, os bordados e tecelagem, elaborados no tempo livre entre a agricultura e o trabalho doméstico, poderão trazer rendimentos e criar emprego, se for seguida uma estratégia de marketing de nicho¹².

A intervenção territorial de desenvolvimento deve seguir uma lógica “*bottom-up*”, onde primeiro se procura conhecer as características da população, as suas necessidades, potencialidades e constrangimentos, oferecendo assim, maiores possibilidades de o desenvolvimento ser integrado.

6 INE, 2002: 34.

7 ROCA *et al.*, 2001: 11.

8 DINIS, 2004: 194.

9 KOTLER, 2000: 419 cit. por DINIS, 2004: 192.

10 DINIS, 2004: 195.

11 GONÇALVES, 2003.

12 DINIS (2004: 196) sublinha as oportunidades de negócio que algumas actividades/produtos podem ter nos espaços rurais e define nicho citando o conceito de Kotler (2000: 279) «Um *nicho* é um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cujas necessidades não estão a ser totalmente satisfeitas. As empresas que praticam um marketing de nicho entendem tão bem as necessidades dos seus clientes que eles concordam em pagar um preço premium. Um nicho atraente tem as seguintes características: os clientes têm um conjunto de necessidades distintas; os clientes concordam em pagar um preço mais alto à empresa que melhor suprir essas necessidades; o nicho não costuma atrair outros concorrentes e o nicho gera receitas por meio da especialização e tem potencial para crescer e gerar lucros maiores».

2. População activa

Um outro campo de reflexão surge no seguimento da problematização do envelhecimento demográfico, e encontra-se no nexa existente entre o declínio do crescimento demográfico e o desenvolvimento económico e social, em especial no respeitante à problemática da inovação, da produtividade e da progressão profissional.

A este respeito, analisámos a taxa de actividade (relação entre população activa com 15 ou mais anos e a população total), e, no atinente a 1991 e 2001, a tendência é para o seu aumento, tanto no País como na Região Norte. Contrariamente a esta tendência, no concelho de Boticas observou-se uma ligeira diminuição. A debilidade do tecido produtivo local reflecte-se na assimilação do mercado de trabalho, particularmente no respeitante ao emprego feminino que, embora tradicionalmente detentor de taxas de actividade inferiores às do género masculino, atinge, na última década, aproximadamente menos oito pontos percentuais (Quadro n.º 4).

Quadro n.º 4 – Taxa de actividade por género, 1991 e 2001

	País 1991		País 2001		R. Norte 1991		R. Norte 2001		C. Boticas 1991		C. Boticas 2001	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
H/M	4395401	44,6	4990208	48,2	1580247	45,5	1775015	51,4	3167	39,9	2253	35,1
H	2583016	54,3	2742035	54,8	919125	54,8	986855	58,5	1922	48	1472	46,4
M	1812385	35,5	2248173	42,0	661122	36,8	788160	44,7	1245	31,6	781	24,1

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991 e 2001. Elaboração própria.

“Se os novos modelos familiares, pautados pelo abandono de uma sociedade patriarcal, e as necessidades económicas permitiram e exigiram à mulher o ingresso no mercado de trabalho, a especificidade do tecido produtivo e a manutenção de um cenário sociológico, no qual a mulher assume ainda na comunidade das regiões menos desenvolvidas um papel de subordinada ao marido, não permitiram tal emancipação”¹³. A eventual existência de contingentes relativamente importantes de emprego “oculto”, principalmente no caso das mulheres, poderá também ser justificativo da diminuição da taxa de actividade concelhia. Encontramos, no entanto, no contínuo surto emigratório a principal explicação para a diminuição da população activa e para o envelhecimento acentuado da população residente¹⁴.

3. Desemprego

O aumento da taxa de actividade verificada no país e na Região Norte não traduz necessariamente um aumento de pessoas a exercer uma actividade económica. No período em análise, a taxa de desemprego (relação entre a população desempregada e a população com 15 ou mais anos) do país passou de 6,1% para 6,8% e, na Região Norte, de 5% para 6,7%. O concelho de Boticas, assistindo à diminuição da sua taxa de actividade, vê aumentar muito significativamente a taxa de desemprego, passando de 3,9%, para 10,3% (Quadro n.º 5).

13 CALHEIROS, 2005:145.

14 GONÇALVES, 2003 e 2009.

Quadro n.º 5 – Taxa de desemprego em 1991 e 2001

Taxa de desemprego	1991	2001
País	6,1	6,8
Região Norte	5	6,7
Concelho Boticas	3,9	10,3

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991 e 2001. Elaboração própria

Verificamos que, no país e na região Norte, as alterações verificadas na distribuição sectorial devem-se ao processo de terciarização. No concelho de Boticas, as alterações mais significativas verificam-se nos sectores primário e secundário, assumindo ainda este último, em 2001, um papel preponderante na ocupação da mão-de-obra (Quadro n.º 6).

Quadro n.º 6 – População residente empregada, por sector de actividade económica, em 1991 e 2001

População residente empregada, por sector de actividade económica	1991	2001
País		
Sector Primário	17,5	12,6
Sector Secundário	33,6	34,4
Sector Terciário	40	53
R. Norte		
Sector Primário	10,6	4,8
Sector Secundário	49,4	45,8
Sector Terciário	40,0	49,5
C. Boticas		
Sector Primário	58,7	30,1
Sector Secundário	12,4	32,3
Sector Terciário	28,9	37,6

Fonte: INE, *Informação disponível não publicada*, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Segundo Vasquez Barquero (1993), a intervenção deve ser focalizada em territórios com altas taxas de desemprego, procedendo a uma mudança significativa da sua estrutura produtiva.

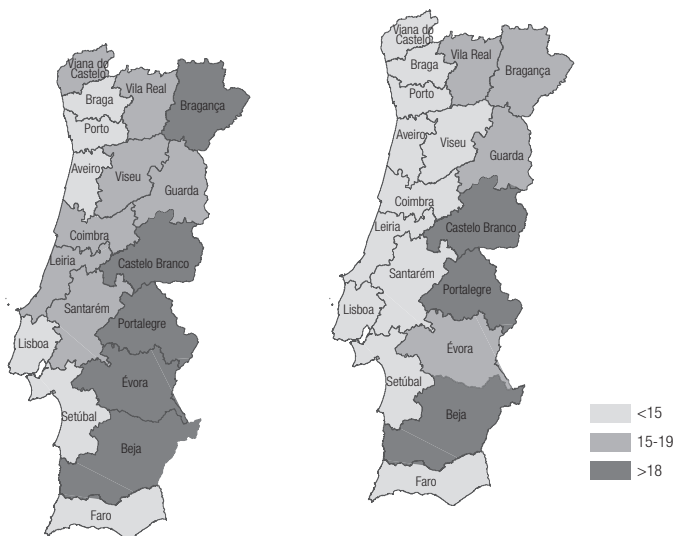
4. Escolaridade

Independentemente da localização geográfica, do estatuto económico, social ou cultural e tendo em vista a coesão social do território português de forma a garantir o seu desenvolvimento¹⁵, o grande objectivo geral da política de educação deverá ser habilitar os cidadãos com uma educação/formação adaptada às necessidades actuais do mercado de trabalho, reduzindo as disparidades e as injustiças entre indivíduos ou grupos, criando iguais oportunidades.

Apesar dos progressos, o sistema educativo português não tem contribuído para esbater/contrariar as desigualdades socio-económicas, quer a nível de classes sociais, quer a nível de regiões entre as duas zonas do país – litoral e interior –, reflectindo o índice de educação notória dicotomia. Martins¹⁶ sustenta “o processo migratório tem demonstrado a incapacidade do país em dar resposta às aspirações das populações, inclusivamente as políticas prosseguidas, ostensivamente condenaram muitas áreas do país ao ostracismo e ao isolamento, colocando o acesso à informação e à instrução como prioridades secundárias”. Segundo as estatísticas do Ministério da Educação (2001), a taxa de escolaridade da população com 15 ou mais anos, quer a nível de concelhos quer a nível sub-regional, regista fortes assimetrias. Constatamos também que as taxas de abandono escolar são mais elevadas à medida que se toma em consideração as idades mais altas (14 e 15 anos), reflectindo o fenómeno do insucesso escolar e conseqüentemente o trabalho infantil. A comprovar esta lógica está o facto de, não obstante a forte queda registada na taxa de abandono de 12,5% para 2,7%, entre 1991 e 2001, (ainda assim grave, por se tratar do ensino obrigatório), se verificarem grandes assimetrias regionais, com a Região Norte a registar as taxas mais elevadas de abandono a nível do País.

A percentagem de população analfabeta, no seu conjunto, a nível nacional, diminuiu de 1991 para 2001, reforçando-se, no entanto, a dicotomia já existente entre as regiões do litoral e do interior (Figura n.º 2).

Figura n.º 2 – Taxa de analfabetismo, 1991 e 2001



Fonte: INE, Portugal, 1991, 2001. Elaboração própria.

¹⁵ O desenvolvimento deve ser encarado como um processo de natureza multidimensional, tendo sempre como preocupação fundamental a melhoria das condições de vida material das populações assim como o acesso aos meios que garantam a sua qualidade de vida (saúde, habitação, educação, etc.), o aumento da igualdade de oportunidades e a protecção do ambiente. Sem erradicação da pobreza nunca alcançaremos desenvolvimento. Todavia, cada território reúne caracteres, ocorrências e recursos muito variados, tornando-se urgente o conhecimento aprofundado de cada complexidade.

¹⁶ MARTINS, 2003: 29.

Tal facto torna-se também evidente quando comparamos os três espaços geográficos em análise (Nacional, Região Norte e concelho de Boticas) (Quadro n.º 7).

Quadro n.º 7 – Taxa de analfabetismo, 1991 e 2001

Taxa de analfabetismo	1991	2001
País	11	9
Região Norte	9,9	8,3
Concelho de Boticas	24,8	24

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991 e 2001. Elaboração própria.

Em relação à percentagem de população segundo o nível de instrução, no concelho de Boticas, apesar de apresentar evolução idêntica ao Nacional e à região Norte, quase metade da população (45%) apresentava em 2001, como habilitações, o 1º Ciclo (Quadro n.º 8).

Quadro n.º 8 – Percentagem de população por nível de instrução, 1991 e 2001

Percentagem de população por nível de instrução	1991		
	País	R. Norte	C. Boticas
Níveis de ensino			
Analfabetos	11	9	22
Ensino Primário	47	52	50
Ensino Preparatório	14	16	12
Ensino Secundário	21	17	7
Ensino Médio/Superior	7	6	1
	2001		
	País	R. Norte	C. Boticas
Nenhum nível de ensino	14	14	25
1º Ciclo	35	38	45
2º Ciclo	13	15	12
Secundário + 3º Ciclo do Ensino Básico	27	24	14
Ensino Médio/Superior	11	9	3

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991, 2001. Elaboração própria.

Conclusão

Constatamos a existência de algumas dicotomias socioeconómicas regionais no território português. O actual modelo de organização e de administração do território não consolida a competitividade territorial no âmbito socioeconómico. Trata-se de um modelo centralizado na grande cidade (Lisboa) e atomizado a nível local. A atenuação da heterogeneidade regional quanto ao desenvolvimento, exige uma triangulação relacional entre, colectividades, regiões e Estado o que só será concretizável através da aproximação dos centros de decisão à população e actores locais/regionais, promovendo a sua consciencialização e conseqüente participação activa no processo de desenvolvimento. Torna-se imperativo mobilizar a descentralização do poder central para o nível regional/local, criando as condições à regionalização. Portugal necessita de aplicar a diferentes escalas de análise, políticas moduladas que contemplem a participação dos actores locais no diagnóstico das necessidades, no lançamento/coordenação de iniciativas e de projectos assim como na avaliação dos resultados obtidos e do seu impacto em termos de bem-estar social.

A actuação do mercado livre é insuficiente para reduzir as desigualdades regionais, se as regiões não forem relativamente semelhantes nas suas taxas de investimento, escolaridade e expectativas de vida. Havendo uma maior igualdade nestas variáveis, o crescimento das regiões menos desenvolvidas será certamente célere.

Um modelo de organização e de administração do território, que contemple políticas que minimizem as disparidades nestas variáveis, é crucial para atenuar as assimetrias regionais quanto ao seu desenvolvimento.

As regiões desfavorecidas apresentam uma multiplicidade de funções e serviços que vão além da função de produção de bens transaccionáveis, como as funções de preservação do espaço rural e do ambiente ou da função de lazer. Muitos autores caracterizam-nas como *espaços multifuncionais*. Neste sentido, estes territórios surgem como uma mais-valia e devem ser valorizados, por todos os agentes locais de desenvolvimento. A fim de concretizar esta dinamização, é necessário que os apoios se dirijam no sentido de maior acesso à educação, à formação, à diversificação de actividades desenvolvidas dentro e fora das explorações agrícolas, bem como à promoção dos serviços básicos de apoio às pequenas empresas e populações locais. Mendes (2006), defende que a promoção da multifuncionalidade dos territórios desfavorecidos exige uma organização colectiva para a coordenação intersectorial de estratégias empresariais privadas e políticas públicas. Neste sentido, urge a necessidade de articular: (1) a valorização de produtos agrícolas de qualidade, promovidos juntamente com o fácil reconhecimento a nível internacional (como é o caso da carne barrosã, dos vinhos do Porto, do azeite ou dos produtos biológicos), de forma a criar também no exterior uma imagem de uma região produtora de bens agrícolas de qualidade; (2) a promoção do associativismo dos proprietários florestais privados; e (3) o desenvolvimento do turismo, através de uma animação integradora dos vários espaços sub-regionais e das várias actividades assim como dos benefícios sociais gerados por esses espaços e actividades, permitindo melhorar a qualidade de vida da população rural das regiões desfavorecidas.

As Agências de Desenvolvimento Local (ADL) têm como objectivo principal impulsionar a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento da qualidade de vida e na redução das assimetrias regionais, através da agregação de espaços e apoios visando a actuação em prol do desenvolvimento local, em redes e numa lógica territorial de organizações – grupos e indivíduos.

As dificuldades que os territórios desfavorecidos apresentam, em diversas áreas, reflectem o acesso limitado às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)¹⁷. Embora o acesso ao desenvolvimento tecnológico constitua um dos elementos da estratégia da União Europeia para o desenvolvimento territorial, este não tem sido sinónimo de igualdade regional, contribuindo para um isolamento ainda maior dos territórios periféricos. Constatamos, por exemplo, que os custos de ligação à Internet aumentam consideravelmente à medida que os mesmos se afastam dos grandes centros urbanos, o que também se poderá dizer quanto ao acesso aos sistemas de informação geográfica (GPS) e satélites de comunicações.

17 A este respeito, ver BHATNAGAR, 2000; DAGRON, 2001; NORRIS, 2001.

É necessário reduzir os estrangulamentos e potenciar as vantagens regionais, integrando os territórios desfavorecidos no todo nacional, preservando a identidade dos lugares e o sentido de pertença das pessoas ao território.

Bibliografia

- BARQUERO VASQUEZ, António, 1993 – *Política Económica Local*. Madrid: Pirâmide.
- BARRO, R. *et al.*, 1996 – “International Measures of Schooling Years and Schooling Quality”. *American Economic Review*. 86 (2), p. 218-223.
- BARRO, Robert; SALA I MARTIN, Xavier, 1995 – *Economic Growth*. New York: Mcgram-Hill.
- BHATNAGER, Schwares (ed.), 2000 – *Information and Communication techniques in development: cases from Índia*. New Delhi: Sage Publications.
- CALHEIROS, A., 2005 – *Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*. Braga: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa.
- DINIS, L. Anabela, 2004 – *Empresarialidade em Meios Rurais e Periféricos* (Dissertação de doutoramento apresentado à Universidade da Beira Interior).
- DRAGON, Gumuncia, 2001 – *Making waves stories of participatory communication for social change*. New York: Rockefeller Foundation.
- GERRY, Chris; DINIZ, Francisco, 2003 – “A problemática do desenvolvimento rural” in COSTA, J. S. (coord.) – *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, p. 535-567.
- GONÇALVES, M. Ortelinda B., 2003 – *Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso* (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta).
- GONÇALVES, Maria Ortelinda, 2009 – *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: CEPESE, Fronteira do Caos.
- INE, 2002 – *Municípios da Região Norte*. Porto: Direcção Regional do Norte.
- MENDES, Américo, 2006 – *Que Políticas de Futuro para o Norte Rural*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- NORRIS, P., 2001 – *Digital divide civic engagement information poverty ant the internet world wide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROCA, M. Nazaré *et al.*, 2001 – *Congresso de Geografia Portuguesa, População e Desenvolvimento Sustentável: O caso do Norte de Portugal*. Lisboa, 2 a 4 de Outubro de 2001, p 1-11.
- ROMER, P., 1986 – “Increasing Returns and Long-Run Growth”. *Journal of Political Economy*. N.º 94 (5); “Endogenous Technical Change”. *Journal of Political Economy*. N.º 98.